



## RELATÓRIO DE VIAGEM

### DADOS DO EVENTO

DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO	NOME DO EVENTO	CIDADE/PAÍS
22 de fevereiro de 2023	24 de fevereiro de 2023	Fórum Futuro da Governança Fiscal	Lisboa/Portugal

### RESUMO DO EVENTO

ENTIDADE ORGANIZADORA	PROCESSO	PARTICIPANTES
Fórum de Integração Brasil-Europa	[Digite aqui]	Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra

### JUSTIFICATIVA (RESUMO)

A transformação digital dos governos pode constituir uma solução para muitos dos desafios. Um novo arcabouço institucional para as finanças públicas já vinha sendo discutido na Europa e no resto do mundo e agora se tornou exigência legislativa no Brasil. Aspectos conceituais e teóricos, experiências internacionais selecionadas e perspectivas brasileiras foram os temas dos três painéis apresentados durante o Fórum Futuro da Governança Fiscal, que aconteceu entre os dias 22 e 24 de fevereiro, em Portugal.

### RELATO

A abertura do Fórum contou com a participação, por vídeo, do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, que destacou a importância do debate no atual contexto do Brasil e do mundo e salientou o papel do TCU enquanto guardião da responsabilidade fiscal.

O evento abordou, de forma integrada, os temas federalismo fiscal, transformação digital e arcabouço fiscal. A partir de exposições sobre estudos internacionais da OCDE, do FMI e do BID, acadêmicos e gestores governamentais do Brasil, de Portugal e de outros países da Europa debateram questões que consideram desafios, oportunidades e perspectivas, em especial para a realidade brasileira.

Painéis

No painel que abordou o tema arcabouço fiscal, o presidente Bruno Dantas registrou sua visão sobre o tema, baseada em três pilares para um novo regime fiscal no Brasil:

**1º** - a necessidade do pressuposto da responsabilidade social, em razão da grave desigualdade no país;

**2º** - a necessidade de uma regra fiscal flexível, de modo a aumentar a sustentabilidade e a resiliência da própria regra;

**3º** - a importância do fortalecimento das instituições que garantem a higidez fiscal, com instrumentos que permitam o alcance do objetivo da política fiscal.

No mesmo painel, participou como debatedor o procurador Rodrigo Medeiros, que destacou os aprendizados nos mais de 20 anos de existência da Lei de Responsabilidade Fiscal e a literatura atual sobre regras fiscais. Ao reconhecer os avanços da lei, Medeiros alertou para limitações importantes observadas na sua aplicação, com destaque para a necessidade de reforçar o direcionamento fiscal de médio prazo, para a revisão de arranjos pró-cíclicos da lei e para soluções normativas para destravar investimentos, especialmente aqueles relacionados à transição verde.

Para tanto, o procurador propôs a conjugação de uma diretriz fiscal de médio prazo minimamente vinculante, associada a uma regra operacional de despesa, esta balizadora do planejamento e da execução orçamentários. Sobre os investimentos, apontou a necessidade de pensar em iniciativas inovadoras que reforcem a governança, em prol de maior eficiência e efetividade.

O Tribunal também foi representado no painel sobre transformação digital pelo secretário Secretaria de Controle Externo de Contas Públicas (SecexContas), Tiago Dutra, que conectou o tema com os três objetivos internacionalmente aceitos do orçamento governamental: a responsabilidade fiscal, a priorização estratégica na alocação de recursos e a entrega eficiente de bens e serviços. Ao ressaltar que transformação digital é uma prioridade no TCU, Dutra compartilhou a estratégia de fiscalização de benefícios sociais com uso de dados e conectada à lógica de revisão de gastos, permitindo focalização nas pessoas que estão no público-alvo, a economia de bilhões de reais, seja para melhoria do quadro fiscal, seja para realocação da despesa para atender demandas sociais.

Sobre a fiscalização do auxílio emergencial, o secretário da SecexContas lembrou a importância do uso de tecnologia para conceder o benefício e verificar requisitos de elegibilidade em pouco tempo para dezenas de milhões de pessoas em todo o País. Além disso, alertou que foi uma despesa custeada com dívida e que os custos embutidos com juros para os 10 anos seguintes foram estimados em mais da metade do orçamento dessa despesa emergencial.

Participaram do evento secretários de fazenda de diversos estados do Brasil, conselheiros e procuradores de Tribunais de Contas, procuradores de fazenda, gestores dos poderes executivo e legislativo federal, representantes da academia e do setor privado.

Divulgação no União:

[Tribunal participa de fórum sobre futuro da governança fiscal \(sharepoint.com\)](https://sharepoint.com)

#### ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS, NO ÂMBITO DO TCU, DECORRENTES DESTA AÇÃO

Realização de reuniões técnicas da SecexContas com participantes para subsidiar o planejamento das ações de controle na área fiscal

Avaliação técnica interna dos estudos apresentados pelos organismos internacionais